

Saberes, territórios e direitos: práticas sociais e desigualdades no Brasil contemporâneo

Knowledge, Territories, and Rights: Social Practices and Inequalities in Contemporary Brazil

Saberes, territorios y derechos: prácticas sociales y desigualdades en el Brasil contemporáneo

Dr. Everton Luiz Simon

Doutor em História; Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Coordenador do Curso de Gastronomia, da Universidade de Santa Cruz do Sul – Unisc. Editor da Revista Ágora.

Dr. José Antônio Moraes do Nascimento

Doutor em História; Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Chefe do departamento de Ciências, Humanidades e Educação, da Universidade de Santa Cruz do Sul – Unisc. Editor da Revista Ágora.

Apresentação do número

O volume 27, número 2, da Revista Ágora organiza suas contribuições em torno de três grandes seções, Alimentação, Cultura e Sociedade; Direitos Humanos e Políticas Públicas; e Temática Livre, que, quando lidas em conjunto, evidenciam a densidade e a diversidade de um campo de estudos comprometido com a compreensão crítica das sociedades contemporâneas. Este número não se propõe a esgotar uma problemática específica. Seu propósito consiste, antes, em afirmar a fecundidade do diálogo interdisciplinar, sustentado na compreensão de que as ciências humanas e sociais avançam não apenas pelo aprofundamento das especializações, mas também pela abertura de um campo ao olhar do outro, possibilitando o surgimento de novas conexões e argumentos a partir do encontro entre diferentes perspectivas.

A seção Alimentação, Cultura e Sociedade constitui o núcleo mais denso deste número, reunindo quatro contribuições que exploram, sob diferentes ângulos, a centralidade das práticas alimentares como espaço de construção identitária, disputa econômica e produção cultural. Trata-se de uma seção que expressa a vitalidade de um campo de pesquisa que, nas últimas décadas, passou por intensa expansão e diversificação, tanto no Brasil quanto no cenário internacional, atraindo pesquisadores de áreas tão diversas quanto a antropologia, a sociologia, a história, a nutrição, a economia e a geografia. A relevância desse campo reside justamente em sua capacidade de articular dimensões que, em outras

abordagens disciplinares, costumam aparecer dissociadas, como a biológica e a cultural, a econômica e a simbólica, a local e a global, a individual e a coletiva.

A seção Direitos Humanos e Políticas Públicas, por sua vez, reúne cinco artigos que abordam, a partir de perspectivas distintas, as tensões entre a garantia formal dos direitos e sua efetivação prática em contextos marcados por desigualdades estruturais. As contribuições reunidas compartilham uma compreensão comum, segundo a qual os direitos humanos não são dádivas concedidas pelo Estado aos cidadãos, mas conquistas históricas em permanente disputa, que precisam ser continuamente defendidas e renovadas diante das forças que tendem a restringi-las ou esvaziá-las. Essa concepção processual e relacional dos direitos, formulada por Herrera Flores (2009) e desenvolvida, no contexto brasileiro, por Piovesan (2008) e Comparato (2010), permite aproximar temas que, à primeira vista, poderiam parecer distantes, como a alimentação do trabalhador, a violência contra crianças, a migração e o protagonismo feminino na cultura.

A seção de Temática Livre, representada por um artigo sobre a Indústria 4.0, amplia o horizonte temático do número sem se afastar de seus eixos centrais. A questão tecnológica, com suas implicações para o trabalho, o consumo, a identidade e as formas de organização social, não é alheia às questões discutidas nas seções anteriores. Ao contrário, a automação e a digitalização da produção vêm transformando de modo profundo as condições de vida dos trabalhadores, as formas de acesso à alimentação e os sistemas de proteção social, o que torna urgente a reflexão sobre os rumos dessas mudanças. O artigo que encerra o número cumpre, assim, a dupla função de situar o leitor diante de um debate contemporâneo de grande alcance e de estimular a reflexão sobre as conexões entre as transformações tecnológicas e as dinâmicas sociais examinadas nos demais textos.

A pertinência acadêmica e científica deste número é inseparável de sua pertinência política e social. Em um momento histórico marcado pelo recrudescimento das desigualdades alimentares, agravadas pela pandemia de COVID-19 e por suas sequelas econômicas e sociais, pela ameaça crescente aos territórios e modos de vida de comunidades tradicionais, pela persistência do racismo estrutural e das violências de gênero, e pela aceleração tecnológica que redefine as condições do trabalho e da existência, produzir conhecimento rigoroso e crítico sobre esses processos constitui uma forma de resistência intelectual e de contribuição ao debate público. Nesse contexto, a Revista *Ágora* assume de modo explícito a responsabilidade social e política do conhecimento científico, sem renunciar ao rigor analítico que sustenta sua credibilidade e sua relevância pública.

A abertura da seção Alimentação, Cultura e Sociedade é marcada pelo artigo de Renata Soares Navarro, Potira Viegas Preiss e Cidonea Machado Deponti, intitulado *Por que consumir em feiras da agricultura familiar? Uma análise das motivações dos consumidores*

em feiras do Vale do Rio Pardo-RS sob a perspectiva orientada ao ator. O texto articula de forma consistente o referencial da perspectiva orientada ao ator, formulada originalmente por Norman Long e desenvolvida no contexto da sociologia do desenvolvimento rural, com a teoria da agência e os estudos sobre consumo e alimentação, produzindo uma análise das motivações dos consumidores que recusa tanto o determinismo estrutural quanto o individualismo metodológico. A pesquisa, de cunho qualitativo e baseada em 35 entrevistas semiestruturadas realizadas em cinco feiras da região do Vale do Rio Pardo-RS, revela que a decisão de consumir em feiras da agricultura familiar é organizada por um conjunto de motivações que articula dimensões racionais, afetivas, éticas e territoriais, não podendo ser reduzida a uma lógica estritamente econômica. A qualidade percebida dos alimentos, a confiança nas relações diretas com os produtores, a valorização da produção local e os vínculos afetivos com o território emergem, nos relatos dos entrevistados, como fatores que se entrelaçam e se reforçam mutuamente, configurando formas de consumo que são simultaneamente escolhas conscientes e práticas de pertencimento. É justamente essa articulação entre escolha individual e construção coletiva de sentido que a perspectiva orientada ao ator permite compreender, ao reconhecer a agência dos sujeitos sem desconsiderar as condições estruturais que a moldam.

A contribuição desse artigo ao debate acadêmico mais amplo é, portanto, dupla. De um lado, ele oferece evidências empíricas situadas sobre as motivações que sustentam a economia das feiras locais em uma região específica do Sul do Brasil, contribuindo para a compreensão dos circuitos curtos de comercialização e dos sistemas agroalimentares alternativos. De outro, ao mobilizar a perspectiva orientada ao ator para analisar o consumo alimentar, o texto propõe um enquadramento teórico-metodológico fecundo, que pode ser aplicado a outros contextos e objetos, enriquecendo o repertório analítico disponível aos pesquisadores do campo. Em diálogo com Corrigan (1997) e com a sociologia do consumo, o artigo demonstra que as feiras não são apenas mercados de produtos frescos, mas espaços de construção de vínculos sociais, de afirmação de valores e de resistência à homogeneização imposta pelos sistemas agroalimentares hegemônicos.

Na sequência, o artigo intitulado *Panorama da cultura alimentar de comunidades quilombolas do Cerrado brasileiro*, de autoria de Vinícius Marques de Paula, Adriana Camurça Pontes Siqueira e Raquel de Andrade Cardoso Santiago, apresenta um panorama da cultura alimentar de comunidades quilombolas do Cerrado brasileiro. A partir de uma revisão narrativa sistemática da literatura acadêmica disponível em bases científicas nacionais, o texto busca identificar e interpretar criticamente os estudos sobre o tema, mapeando tendências, convergências e lacunas na produção científica voltada a esse campo.

Os resultados evidenciam que as culturas alimentares quilombolas do Cerrado constituem sistemas complexos de conhecimento e prática que articulam, de maneira inseparável, saberes botânicos e ecológicos, práticas de cultivo e coleta, rituais e simbologias alimentares, formas de organização social e estratégias de resistência cultural. As comunidades estudadas, organizadas majoritariamente em torno da autosubsistência, possuem um conhecimento aprofundado sobre a biodiversidade do bioma, suas plantas medicinais, seus frutos nativos, seus animais e os ciclos naturais que regulam a disponibilidade dos alimentos, o que configura um patrimônio imaterial de grande valor, tanto do ponto de vista cultural quanto ecológico. Esse conhecimento, construído e partilhado ao longo de gerações por meio de práticas cotidianas e narrativas coletivas, expressa uma relação com o território que é, ao mesmo tempo, produtiva, afetiva e cosmológica.

O artigo destaca, contudo, que esse patrimônio encontra-se ameaçado por processos de perda territorial e degradação ambiental que têm impactos diretos sobre a diversidade alimentar das comunidades. O avanço do agronegócio, o desmatamento e a pressão fundiária sobre as terras quilombolas do Cerrado reduzem não apenas o acesso a recursos alimentares específicos, mas também comprometem as condições de existência de saberes e práticas que dependem da integridade dos ecossistemas para sobreviver. Nesse ponto, o texto alcança uma questão central da agenda política e científica contemporânea, a interdependência entre territorialidade, biodiversidade e soberania alimentar de comunidades tradicionais, que só pode ser enfrentada por meio de políticas públicas capazes de reconhecer essa articulação e atuar sobre suas diferentes dimensões.

Em diálogo com Contreras e Gracia (2011) e com a literatura sobre patrimônio alimentar e memória biocultural, o texto demonstra que a cultura alimentar quilombola não é um traço folclórico nem uma permanência cristalizada do passado, mas uma forma viva e dinâmica de estar no mundo, que a modernidade ameaça, ainda que não consiga eliminar por completo. Isso porque, como demonstrou Woortmann (1978), as práticas alimentares populares são também formas de cosmologia, maneiras de organizar o mundo, de marcar as fronteiras entre o próprio e o alheio, entre o puro e o impuro, entre o comunitário e o individual, reproduzindo-se mesmo em contextos adversos e preservando sentidos que não se reduzem à lógica mercantil.

O terceiro artigo, assinado por Mayara Grasiella Silvério e Jaci de Fátima Candioto e intitulado *Entre o pão e o poder: a feminização da pobreza como expressão da colonialidade*, situa-se no cruzamento entre o pensamento decolonial, o feminismo interseccional e a teoria crítica dos direitos humanos. O artigo argumenta que a feminização da pobreza, isto é, a tendência amplamente documentada de que as mulheres, especialmente as mulheres negras, estão desproporcionalmente representadas entre os pobres e os famintos, não pode ser

compreendida como fenômeno contingente ou como resultado de escolhas individuais, mas deve ser analisada como expressão estruturada da colonialidade contemporânea.

A articulação analítica proposta pelas autoras é um dos pontos mais relevantes do texto, ao conectar patriarcado, racismo e desigualdade de classe como dimensões mutuamente constitutivas, e não como fatores independentes que apenas se somam. O texto demonstra que a pobreza e a fome, tal como vividas pelas mulheres negras no Brasil contemporâneo, são expressões de uma estrutura histórica de dominação que tem raízes na colonialidade e que se reproduz, de geração em geração, por meio de mecanismos institucionais, culturais e econômicos que a análise interseccional permite identificar com precisão. A contribuição de Crenshaw (1989) e de Carneiro (2003) é mobilizada de maneira produtiva para demonstrar que qualquer política pública que ignore essa especificidade, que trate a pobreza apenas como problema de renda, ou o sexismo apenas como questão de representação, está destinada a permanecer na superfície dos problemas que pretende enfrentar.

O texto reforça que a feminização da pobreza não é um dado natural da biologia ou da cultura, mas o resultado de escolhas políticas, estruturas econômicas e dispositivos de poder que operam historicamente e, portanto, podem ser transformados. Ao situarem o problema no campo da responsabilidade coletiva e da ação política, as autoras indicam que Quijano (2005) e Mignolo (2003) oferecem o arcabouço decolonial necessário para compreender por que a fome das mulheres negras não é acidente nem fatalidade, mas consequência de um modelo de organização social que distribui seus custos de maneira sistematicamente desigual ao longo das linhas de raça, gênero e classe. Essa perspectiva produz, no plano normativo, exigências que vão além das políticas compensatórias, pois demanda a transformação das estruturas que produzem a desigualdade, o que implica reconhecimento político, redistribuição econômica e reforma institucional articulados.

O quarto e último artigo da seção Alimentação, Cultura e Sociedade, de autoria de Ana Luisa Morselli e Paola Stefanutti, intitulado *Potencial de consumo do melado de Capanema com indicação geográfica em Foz do Iguaçu-PR*, examina o potencial de consumo do melado de Capanema-PR com Indicação Geográfica (IG) na cidade de Foz do Iguaçu-PR. A pesquisa, de cunho qualitativo e exploratório-descritivo, coletou 103 respostas por meio de questionário eletrônico, permitindo traçar um perfil dos consumidores e mapear os fatores que influenciam suas decisões de compra em relação a esse produto com certificação territorial.

Os resultados revelam uma tensão produtiva entre o reconhecimento da qualidade como motivador primário de compra e o relativo desconhecimento acerca do significado específico da Indicação Geográfica enquanto instrumento de política de desenvolvimento territorial e de valorização de produtos tradicionais. Embora 61% dos respondentes afirmem

ter conhecimento sobre o que é uma IG, os dados indicam que esse conhecimento ainda é limitado e pouco vinculado às implicações territoriais, culturais e econômicas do certificado. Ao mesmo tempo, 87% dos respondentes declararam que comprariam o melado de Capanema com IG, o que sugere que a sinalização de qualidade e origem exerce poder de atração sobre os consumidores, mesmo quando sua compreensão do instrumento é parcial.

Esse dado tem implicações importantes tanto para a política de promoção de produtos com IG quanto para a teoria do consumo alimentar. Ele sugere que o potencial de mercado dessas certificações é significativo, mas que sua realização plena depende de investimentos em educação do consumidor, comunicação institucional e construção narrativa em torno da origem e da história dos produtos. Nesse sentido, o artigo dialoga diretamente com a literatura sobre mercados simbólicos e narrativas de proveniência, que demonstra que os consumidores contemporâneos estão dispostos a pagar por histórias, pela ligação afetiva com um lugar, uma tradição e uma forma de produzir que o produto carrega. A Indicação Geográfica, compreendida nessa perspectiva, não é apenas um instrumento econômico, mas um mecanismo de produção e circulação de memória territorial, com efeitos relevantes para o desenvolvimento regional, a preservação dos saberes tradicionais e a valorização das comunidades produtoras.

Ao situar o estudo na região da tríplice fronteira, de maior diversidade cultural e de intenso fluxo de pessoas e mercadorias do Brasil, as autoras acrescentam uma dimensão geográfica que amplia a análise. O consumo do melado de Capanema em Foz do Iguaçu não é apenas um fenômeno de mercado regional, mas também um indicador das formas pelas quais os produtos com identidade territorial circulam e são ressignificados em contextos de intensa mobilidade e pluralidade cultural. Esse deslocamento entre o lugar de produção e o lugar de consumo é, de fato, uma das questões mais instigantes para o estudo contemporâneo das Indicações Geográficas, que tendem a ser pensadas a partir da perspectiva dos produtores, mas que ganham novas dimensões quando também se considera a experiência dos consumidores distantes da origem.

A seção de Direitos Humanos e Políticas Públicas se abre com o artigo *Evolução Histórica do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT): avanços, limites e perspectivas na alimentação coletiva no Brasil*, de Franciele Borstmann, Virgílio José Strasburg e Tatiana Barbieri Cochlar, que traça a evolução histórica do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) desde sua criação, em 1976, até o cenário atual, analisando seus avanços, limites e perspectivas no campo da alimentação coletiva no Brasil. O texto mobiliza uma revisão narrativa da literatura disponível em bases de dados nacionais e internacionais, articulando documentos oficiais, relatórios técnicos e pesquisas acadêmicas para construir uma análise histórica e crítica da trajetória do programa.

O PAT foi concebido em um contexto de expansão industrial e urbanização acelerada do Brasil, quando a necessidade de garantir condições nutricionais mínimas à força de trabalho se impôs como questão de produtividade e de gestão do conflito social. Sua criação insere-se, portanto, em uma lógica que articula interesse do capital, na medida em que trabalhadores bem alimentados são mais produtivos, e responsabilidade estatal pela proteção social dos trabalhadores. Ao longo de quase cinco décadas de existência, o programa passou por sucessivas reformulações que buscaram adequá-lo às transformações do mundo do trabalho, do perfil epidemiológico da população trabalhadora e das demandas por qualidade nutricional e sanitária. As autoras e o autor destacam avanços significativos em termos de controle sanitário, melhoria na qualidade nutricional das refeições e ampliação da adesão empresarial ao programa, mas também identificam limitações estruturais que persistem ao longo de sua trajetória.

Entre essas limitações, destacam-se a dificuldade de adequação às diversidades regionais do país, que expressam realidades alimentares, ecológicas e culturais muito distintas, os desafios impostos pelas mudanças nos perfis epidemiológicos, com o crescimento das doenças crônicas não transmissíveis associadas ao consumo alimentar inadequado, e a necessidade de aprimorar as estratégias de segurança alimentar voltadas aos trabalhadores inseridos em novas formas de contratação, como o trabalho informal, o trabalho por plataformas digitais e as modalidades precarizadas que a reforma trabalhista de 2017 institucionalizou. O artigo toca, aqui, em uma questão de grande relevância para o debate contemporâneo sobre direitos sociais, a de que políticas públicas concebidas em determinado contexto histórico precisam ser permanentemente reavaliadas à luz das transformações nas condições de trabalho, nas formas de vida e nos padrões de saúde da população, sob pena de se tornarem inadequadas ou insuficientes para os problemas que pretendem enfrentar.

O artigo permite compreender o PAT não apenas como política nutricional, mas como expressão de uma concepção de cidadania social que tem no acesso à alimentação adequada um de seus pilares fundamentais. O direito à alimentação adequada, assegurado pela Emenda Constitucional nº 64/2010, que o inseriu explicitamente no rol dos direitos sociais da Constituição Federal, é, ao mesmo tempo, um direito individual e coletivo, cuja efetivação depende de políticas públicas que atuem sobre toda a cadeia alimentar, da produção ao consumo. O PAT representa, nesse sentido, um instrumento importante, mas insuficiente, pois sua lógica setorial e seu foco no vínculo formal de emprego deixam de fora amplos segmentos da população trabalhadora que mais necessitam de proteção social alimentar.

Na continuidade da seção, o artigo de Maria Soares aborda os determinantes sociais em saúde no contexto dos maus-tratos contra crianças e adolescentes. A pesquisa, de

enfoque qualitativo, com recorte bibliográfico e análise de conteúdo da literatura recente, mapeia os fatores sociais associados à ocorrência de violência contra esse grupo etário, evidenciando que os maus-tratos não podem ser compreendidos como fenômenos isolados, mas como expressões de condições estruturais de vulnerabilidade que se produzem e se reproduzem em contextos específicos de desigualdade, precariedade e desproteção institucional.

A noção de determinantes sociais em saúde, desenvolvida pela Comissão sobre Determinantes Sociais em Saúde da OMS e elaborada criticamente por Buss e Pellegrini Filho (2007) no contexto brasileiro, é mobilizada pelo artigo para demonstrar que a saúde das crianças e adolescentes é condicionada não apenas por fatores biológicos e comportamentais, mas por estruturas sociais mais amplas que incluem condições de moradia, nível educacional dos cuidadores, inserção no mercado de trabalho, acesso a serviços de proteção social e exposição a situações de violência doméstica e comunitária. Os maus-tratos, nessa perspectiva, são ao mesmo tempo causas e consequências dessas estruturas. De um lado, produzem danos físicos e emocionais que comprometem o desenvolvimento integral das vítimas; de outro, são gerados em condições de vida marcadas pela privação, pelo estresse e pela ausência de redes de proteção.

A contribuição do artigo ao debate sobre políticas públicas de proteção social é significativa. Ao demonstrar que os maus-tratos contra crianças e adolescentes constituem um determinante social de saúde, e não apenas um problema policial ou judicial, o texto fundamenta a necessidade de políticas intersetoriais que articulem saúde, educação, assistência social e segurança pública em uma abordagem integrada e centrada na prevenção. A ênfase atribuída ao papel dos assistentes sociais e dos demais profissionais da saúde como mediadores entre os casos individuais e as estruturas institucionais de proteção mostra-se especialmente relevante em um contexto de fragmentação e precarização das políticas sociais no Brasil recente.

O artigo de Edilei Leandro Boldt Lourenço, intitulado *Dignidade humana, migração e o direito humano à saúde pública: da formalidade normativa à efetividade prática*, situa-se no cruzamento entre o direito internacional dos direitos humanos, o direito constitucional brasileiro e a sociologia da migração, produzindo uma análise que expõe, com rigor e sensibilidade, a distância frequentemente profunda entre o que a lei proclama e o que os migrantes efetivamente encontram quando demandam acesso aos serviços públicos de saúde no Brasil.

O arcabouço normativo analisado pelo autor é, do ponto de vista formal, bastante avançado. A Constituição Federal de 1988, a Lei Orgânica da Saúde (Lei nº 8.080/1990) e a Lei de Migração (Lei nº 13.445/2017) consagram a universalidade e a igualdade no acesso à

saúde, sem distinção de origem nacional, condição migratória ou qualquer outra característica pessoal. A universalidade do Sistema Único de Saúde (SUS) é, em tese, uma das conquistas mais expressivas do processo constituinte de 1988, representando o reconhecimento de que a saúde é um direito de todos e dever do Estado, independentemente da inserção no mercado formal de trabalho ou da condição econômica do indivíduo. Contudo, como demonstra o artigo, esse princípio enfrenta, na prática cotidiana dos serviços de saúde, barreiras burocráticas, culturais e linguísticas que funcionam como obstáculos efetivos ao acesso de migrantes, refugiados e asilados.

A análise de Lourenço é particularmente oportuna diante do crescimento dos fluxos migratórios para o Brasil nas últimas décadas, marcados pela chegada de pessoas de diversas nacionalidades em contextos de grave violação de direitos em seus países de origem. A receptividade formal do Estado brasileiro contrasta, como bem demonstra o artigo, com as práticas discriminatórias que muitos migrantes encontram nos serviços públicos, nos espaços de trabalho e no cotidiano urbano. Esse contraste é sintomático de uma tensão mais profunda que atravessa a sociedade brasileira, a tensão entre o universalismo afirmado nos instrumentos legais e as hierarquias raciais, nacionais e culturais que organizam, na prática, as formas de reconhecimento e exclusão. A dignidade humana, tal como formulada por Herrera Flores (2009), emerge aqui não como princípio abstrato, mas como horizonte normativo permanentemente ameaçado pelas estruturas concretas de poder e discriminação que o artigo evidencia.

O artigo de Andrea Helena Petry Rahmeier e Carolina dos Santos Moraes, intitulado *Vozes, saberes e resistências: protagonismo feminino na Ciranda Musical Teuto-Riograndense (1972, 1976, 1978 e 1980)*, examina, a partir da análise sistemática das fichas de inscrição, da documentação do evento e de entrevistas com participantes femininas, a presença e o papel das mulheres nas quatro primeiras edições do festival Ciranda Musical Teuto-Riograndense, realizadas no período mais repressivo da ditadura civil-militar brasileira.

O festival, realizado no município de Taquara-RS e documentado no Acervo de História Regional da FACCAT, constitui um objeto de análise particularmente rico por sua posição na interseção entre identidade étnica, expressão cultural e relações de gênero em um contexto de repressão política. A análise quantitativa das composições inscritas e classificadas permite às autoras calcular com precisão o percentual de participação feminina em cada edição e nas diferentes funções exercidas, revelando padrões de inclusão e exclusão que refletem as normas de gênero vigentes no período.

Os resultados do estudo documentam a presença ativa de mulheres em um espaço cultural que, como a maioria dos espaços públicos do período, era dominado por homens. Ao mesmo tempo, evidenciam que essa participação era estruturalmente limitada, sub-

representada e frequentemente confinada a papéis de apoio que reproduziam, na esfera cultural, a divisão sexual do trabalho mais ampla da sociedade. O mérito do artigo está, precisamente, em recusar tanto a invisibilização dessas mulheres quanto uma narrativa simplificadora de afirmação feminina que apagaria as estruturas de desigualdade dentro das quais sua atuação se dava. Ao estabelecer uma relação entre a vida das mulheres no período da ditadura e a realidade contemporânea, as autoras demonstram que, embora avanços importantes tenham ocorrido nas últimas décadas, as desigualdades de gênero no campo musical e cultural permanecem como problema estrutural que demanda análise crítica e políticas deliberadas de transformação.

A contribuição desse artigo ao campo da história das mulheres e dos estudos de gênero no Brasil é considerável, tanto pelo objeto específico quanto pela metodologia combinada de análise quantitativa de fontes documentais e análise qualitativa de entrevistas, que permite cruzar dados e perspectivas de maneira enriquecedora. Em diálogo com Scott (1995), para quem o gênero é uma categoria analítica útil para a história precisamente porque permite revelar relações de poder ocultas nas práticas cotidianas e nos arranjos culturais aparentemente neutros, o artigo demonstra que a história do festival é também, e sobretudo, uma história das relações de poder que definiram quem podia falar, criar e ser reconhecido na sociedade brasileira sob a ditadura.

O artigo de Bruna Borges da Silva e Daniel Luciano Gevehr, intitulado *O dia da consciência negra nas escolas: revisão sistemática sobre práticas pedagógicas, enxertos culturais e consciência racial*, fecha a seção de Direitos Humanos e Políticas Públicas com uma análise politicamente comprometida de como a data do 20 de novembro tem sido abordada nas escolas brasileiras e do que essa abordagem revela sobre os limites e as possibilidades da educação antirracista no país.

A revisão sistemática da literatura, baseada em trinta estudos analisados a partir de publicações disponíveis entre 2019 e 2025 em bases de dados reconhecidas, revela um quadro que, embora longe de ser homogêneo, apresenta tendências preocupantes. A maioria das escolas ainda trata o Dia da Consciência Negra como evento pontual e folclórico, com representações culturais superficiais e desconectadas do conteúdo curricular regular, em vez de integrá-lo a uma proposta pedagógica crítica e permanente de educação para as relações étnico-raciais. Essa abordagem episódica não apenas esvazia o potencial político da data, como pode contribuir, paradoxalmente, para a reprodução de estereótipos e para a manutenção da invisibilidade das contribuições negras à história e à cultura brasileiras.

Os obstáculos identificados pelos autores são múltiplos e interconectados: o racismo estrutural que permeia as instituições escolares e se manifesta tanto nas relações interpessoais quanto nos currículos e materiais didáticos; a formação docente insuficiente

para lidar com a temática étnico-racial de maneira crítica e pedagogicamente qualificada; e a fragilidade das políticas públicas de implementação da Lei nº 10.639/2003, que, mesmo após mais de duas décadas de vigência, ainda encontra resistências e lacunas nas práticas escolares cotidianas. Gomes (2012), ao analisar o movimento negro e a educação no Brasil, já havia identificado essa tensão entre o avanço legislativo e a resistência institucional à mudança, argumentando que a transformação real da escola exige não apenas alterações curriculares, mas também uma revisão profunda da cultura institucional e das práticas pedagógicas que reproduzem as hierarquias raciais da sociedade mais ampla.

A contribuição desse artigo ao debate sobre educação, raça e cidadania no Brasil é tanto analítica quanto propositiva. Ao documentar sistematicamente o que está acontecendo nas escolas em relação à temática racial, o texto produz evidências que fundamentam demandas por políticas educacionais mais efetivas, por programas de formação docente mais consistentes e por uma compreensão do antirracismo não como projeto pontual de celebração da diversidade, mas como eixo estruturante de um projeto educacional comprometido com a igualdade substantiva. Em diálogo com os demais artigos da seção, especialmente com o texto sobre feminização da pobreza e colonialidade, esse trabalho demonstra que a luta contra o racismo estrutural é, ao mesmo tempo, uma luta por direitos, por reconhecimento e por uma epistemologia que inclua, em vez de apagar, as perspectivas e os saberes das populações historicamente subalternizadas.

O número se encerra com o artigo de Edson Alves de Souza, intitulado *Indústria 4.0: a indústria líquida*, que propõe uma leitura original das correlações entre a Quarta Revolução Industrial, caracterizada por Schwab (2016) como a convergência de tecnologias digitais, físicas e biológicas em um novo paradigma produtivo, e a modernidade líquida, tal como descrita por Bauman (2001, 2005) em seus diagnósticos sobre as condições de existência nas sociedades contemporâneas. A metodologia bibliográfica e exploratória adotada pelo autor permite uma síntese reflexiva que articula dois dos marcos teóricos mais influentes da sociologia e da teoria social das últimas décadas, produzindo um enquadramento analítico que, embora não seja empiricamente situado, tem o mérito de propor conexões conceituais de grande relevância interpretativa.

A hipótese central do artigo, segundo a qual a Indústria 4.0 pode ser compreendida como uma “indústria líquida”, na medida em que incorpora e intensifica características de fluidez, instabilidade e dissolução de fronteiras identificadas por Bauman como marcas da modernidade tardia, é desenvolvida por meio de uma análise das tecnologias centrais da Quarta Revolução Industrial: a inteligência artificial, a internet das coisas, a robótica avançada, a manufatura aditiva e os sistemas ciberfísicos que as integram. Schwab e Davis (2018) são mobilizados para demonstrar que essas tecnologias não apenas transformam os processos

produtivos, mas redefinem as formas de trabalho, as estruturas organizacionais, os padrões de consumo e as relações sociais de maneira que encontra ressonâncias profundas com a fenomenologia da liquidez baumaniana.

A leitura proposta pelo autor é, ao mesmo tempo, descritiva e crítica. Ao identificar as correspondências entre a fluidez tecnológica da Indústria 4.0 e a instabilidade estrutural da modernidade líquida, o artigo não sugere uma relação de simples harmonia entre as duas realidades. Antes, evidencia as tensões e os riscos produzidos por essa convergência, como a precarização do trabalho, a dissolução das fronteiras entre tempo de trabalho e tempo livre, a obsolescência acelerada de habilidades e identidades profissionais e a concentração crescente de poder econômico e informacional nas mãos de plataformas e corporações tecnológicas. Esses riscos, identificados também por Castells (1999) em sua análise da sociedade em rede e por Han (2015) em seu diagnóstico da sociedade do desempenho, tornam urgente o desenvolvimento de respostas políticas, pedagógicas e éticas à altura dos desafios que a Quarta Revolução Industrial coloca para a organização social e para a efetivação dos direitos humanos.

A inclusão desse artigo na seção de Temática Livre demonstra que as questões abordadas nos textos anteriores sobre alimentação, território, direitos, gênero, raça e memória não podem ser pensadas à margem das transformações tecnológicas que vêm redefinindo as condições estruturais do trabalho, do consumo e da vida social. A precarização do trabalho impulsionada pela automação tem consequências diretas sobre a segurança alimentar de amplos segmentos da população; a digitalização da agricultura e dos sistemas alimentares recoloca, em novos termos, as disputas sobre soberania alimentar e controle territorial; e a aceleração das mudanças culturais e identitárias provocadas pela revolução digital amplia, em muitos casos, as vulnerabilidades das populações historicamente marginalizadas. Pensar a Indústria 4.0 a partir de uma perspectiva crítica e socialmente comprometida é, portanto, não apenas uma tarefa intelectual legítima, mas uma necessidade política urgente.

A publicação do volume 27, número 2, da Revista *Ágora* representa mais do que a soma dos artigos que o compõem. O número afirma-se como instrumento relevante de compreensão e de intervenção crítica no mundo social, sustentado na convicção de que o conhecimento rigoroso pode iluminar estruturas de dominação, tornar visíveis experiências historicamente subalternizadas e contribuir para o avanço das agendas de pesquisa que a realidade contemporânea impõe.

As contribuições aqui reunidas deixam em aberto, como todo bom trabalho científico, questões que demandam novas pesquisas, novos enquadramentos teóricos e novos diálogos interdisciplinares. Ao convidar o leitor a percorrer os textos deste número, os editores esperam não apenas transmitir os resultados das pesquisas apresentadas, mas também provocar

reflexões, estimular novos questionamentos e ampliar as fronteiras do que é possível pensar e perguntar nos campos do conhecimento que a Revista *Ágora* acolhe.

Referências

- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BAUMAN, Zygmunt. **Vidas desperdiçadas**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- BUSS, Paulo Marchiori; PELLEGRINI FILHO, Alberto. A saúde e seus determinantes sociais. **PHYSIS: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. 77–93, 2007.
- CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: ASHOKA EMPREENDIMENTOS SOCIAIS; TAKANO CIDADANIA (org.). **Racismos contemporâneos**. Rio de Janeiro: Takano Editora, 2003. p. 49–58.
- CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999. (A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura, v. 1).
- CONTRERAS, Jesús; GRACIA, Mabel. **Alimentação, sociedade e cultura**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2011.
- CORRIGAN, Peter. **The sociology of consumption: an introduction**. London: Sage, 1997.
- CRENSHAW, Kimberlé. Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. **University of Chicago Legal Forum**, Chicago, v. 1989, n. 1, p. 139–167, 1989.
- GOMES, Nilma Lino. Movimento negro e educação: ressignificando e politizando a raça. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 33, n. 120, p. 727–744, jul./set. 2012.
- HAN, Byung-Chul. **Sociedade do cansaço**. Petrópolis: Vozes, 2015.
- HERRERA FLORES, Joaquín. **A (re)invenção dos direitos humanos**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2009.
- MIGNOLO, Walter D. **Histórias locais/projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.
- PIOVESAN, Flávia. **Direitos humanos e o direito constitucional internacional**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais — perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117–142.
- SCHWAB, Klaus. **A quarta revolução industrial**. Tradução de Daniel Moreira Miranda. São Paulo: Edipro, 2016.
- SCHWAB, Klaus; DAVIS, Nicholas. **Aplicando a quarta revolução industrial**. Tradução de Daniel Moreira Miranda. São Paulo: Edipro, 2018.
- SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71–99, jul./dez. 1995.

WOORTMANN, Klaas. **Hábitos e ideologias alimentares em grupos sociais de baixa renda: relatório final**. Brasília: Fundação Universidade de Brasília; FINEP, 1978. (Série Antropologia, n. 20).

Sobre o/a (s) autor/a (s):

Nome completo

Mestre/a ou Doutor/a em XXXX pelo programa de Pós - Graduação em XXXX – PPGXXXXX /
Universidade XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX – Sigla. E-mail:

Nome completo

Mestre/a ou Doutor/a em XXXX pelo programa de Pós - Graduação em XXXX – PPGXXXXX /
Universidade XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX – Sigla. E-mail: